

CIBEC/INEP



B0026044

viva da  
brasileira, 1



Florestan Fernandes

01.31

**INEP**

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=27453](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=27453)

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
**Fernando Collor**

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**  
**Carlos Chiarelli**

memòria viva da  
educação brasileira

volume 1

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS  
E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Memória Viva da Educação Brasileira  
Volume 1 : Florestan Fernandes

DIRETOR-GERAL  
João Ferreira

COORDENADOR DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÕES  
BIBLIOGRÁFICAS EM EDUCAÇÃO  
Tancredo Maia Filho

SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EM EDUCAÇÃO  
Maria Francisca Teresa F. de Oliveira França

PEDAGOGIUM - MUSEU DA EDUCAÇÃO  
Elisabeth Ramos Barros

COMITÊ EDITORIAL  
Elizabeth Cassimiro  
Esther Buffa  
Ilima Passos Alencastro Veiga  
Lóia Pinheiro Paixão  
Maria Helena Silveira  
Pedro Goergen  
Sofia Lerche Vieira  
Vicente de Paulo Carvalho Madeira  
**Walter Esteves Garcia**

**MEC** **INEP**

memória viva da  
educação brasileira

volume 1

Florestan Fernandes

**BRASILIA**  
**1991**

**PROJETO E ORGANIZAÇÃO**  
**Paulo Martinez Medeiros**

**EDIÇÃO DE TEXTO**  
**Tancredo Maia Filho**

**REVISÃO**  
**Gislene Caixeta**  
**Jair Santana Moraes**  
**Maria Ângela Torres Costa e Silva**  
**Tânia Maria Castro**

**PROJETO GRAFICO**  
**Leleco/Maia**

**SERVIÇOS EDITORIAIS**  
**Celi Rosalia Soares de Melo**  
**Maria Madalena Argentino**  
**Mirian Santos Vieira**

**DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO**  
**Sueli Macedo Silveira**

**ENDEREÇO**  
**INEP**  
**Campus da UnB - Acesso Sul**  
**Asa Norte**  
**70910 - Brasília-DF - Brasil**  
**C. Postal 08866**  
**70312 - Brasília-DF - Brasil**

**IMPRESSO NO BRASIL**

**F363f** **Fernandes, Florestan, 1920-**  
**Florestan Fernandes. - Brasília: INEP. 1991.**  
**62 p.(Memória viva da educação brasileira. 1).**

**1. Fernandes, Florestan, 1920 - Biografia.**  
**2. História da Educação - Brasil - 1940-1990.1.**  
**Título.**

**CDU: 92:37(81)**

## SUMÁRIO

PREFÁCIO. . . . .	7
João Ferreira	
O PROJETO MEMÓRIA VIVA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. . . . .	11
Manuel Marcos Maciel Formiga	
ABERTURA DA SÉRIE MEMÓRIA VIVA DA EDU- CAÇÃO BRASILEIRA. . . . .	15
Carlos Sant'Anna	
APRESENTAÇÃO. . . . .	19
Maria Rosa de Abreu	
DEPOIMENTO. . . . .	27
Florestan Fernandes	
DADOS BIOGRÁFICOS. . . . .	61

## PREFÁCIO

A sène **Memória Viva da Educação Brasileira** inicia a publicação de uma significativa bateria de documentos da maior utilidade e importância para educadores, pesquisadores e instituições educacionais assim como para as bibliotecas.

O projeto **Memória Viva da Educação Brasileira** iniciado pelo INEP em 1989, hoje atividade substantiva do Pedagogium - Museu da Educação, tem por objetivo registrar depoimentos de grandes personalidades e cientistas da educação.

O primeiro convidado para honrar este Projeto com a narrativa de suas experiências de vida e sua visão da Educação foi o deputado e professor Florestan Fernandes, no dia 12 de abril de 1989, cujo depoimento o INEP guardou até hoje em fita gravada.

Trata-se na verdade de um pensador notável pela maneira incisiva de expor suas idéias e pela clareza e pela objetividade com que analisa os problemas nacionais. Paulista de ascendência portuguesa, Florestan é um catedrático de Sociologia formado na academia paulista. Embora, em seu depoimento, declare abertamente que não é um educador e sim um professor, um sociólogo e um intelectual, ninguém tem dúvidas sobre sua visão profunda do processo educacional brasileiro. Florestan acredita que o "elemento central da educação



ainda é a escola e dentro da escola, a sala de aula". Nessa perspectiva, preconiza uma luta para que a escola e a sala de aula retomem toda a sua dignidade e importância pelo fato de ser nelas que se desenrola grande parte do processo educacional. Para que se acompanhe devidamente o processo, o professor Florestan acredita na necessidade de que haja diretrizes e bases para a educação no sentido de garantir uma coordenação plausível do processo. Para que a escola atinja seu objetivo profundo de levar a todos a educação, defende a incorporação dos excluídos e a transmissão de conhecimentos a todos os que não tiveram oportunidade de aprender e que precisam de ser reincorporados, dentro dos preceitos de uma revolução educacional que atinja as estruturas sociais do País.

Outra questão de primeira ordem desenvolvida no depoimento de Florestan ora publicado pelo INEP é a educação para as classes trabalhadoras. Segundo o ilustre pensador, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura como aquele que não é trabalhador, dentro do princípio de que o trabalhador precisa de uma educação que o transforme em alguém capaz de manter uma posição ofensiva nas relações de classe. E isso ele só poderá fazer em nome de processos educacionais.

Uma outra questão importante levantada pelo deputado é a ligação da escola e do sistema educacional com o partido político, que ao fim das contas tem como missão dar à escola um compromisso próprio com a vida do trabalhador.

Outra idéia defendida pelo pensador da educação brasileira professor Florestan Fernandes é a medida da liberdade e da criatividade dentro da escola. Uma das linhas centrais do discurso de Florestan é a de que impõe-se gerar uma comunidade de interesses capaz de galvanizar um processo de mudança educacional e so-

cial. Além disso, outra linha básica da dissertação de Florestan é a de que deverá haver uma sintonização da educação com a realidade brasileira, mediante um processo pedagógico de fundo democrático. Uma terceira linha de defesa diz respeito à igualdade de oportunidades educacionais para todos. Afora estas temáticas, o leitor encontrará um pronunciamento sobre a Lei das Diretrizes e Bases, outro sobre o Conselho Federal de Educação e outro sobre a escola pública e laica.

Acreditamos que o esclarecido depoimento possa levar idéias vivas para o necessário debate das linhas mestras da educação brasileira.

**João Ferreira**

Diretor do INEP

## O PROJETO MEMÓRIA VIVA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Manuel Marcos Maciel Formiga\*

Em nome do INEP saudámos a todos que nos honram com sua presença, fazendo dois agradecimentos especiais: o primeiro, ao professor Florestan Fernandes por ter aceito o convite do Ministério da Educação, através do INEP, para iniciar esta série; o segundo, ao senhor ministro Carlos Sant'Anna, pela sua presença na abertura da série Memória Viva da Educação Brasileira e pelo estímulo às iniciativas do INEP.

Uma pergunta objetiva: Que sentido o INEP dá a esta série de documentos orais sobre a educação brasileira? Em uma resposta, também, não menos objetiva, tentaremos, sinteticamente, responder.

Circula pelos quadrantes do Brasil o chavão de que este é um País sem memória. Em se tratando da educação brasileira, o INEP, a casa de Anísio Teixeira, não concorda com essa afirmação. São 51 anos contínuos de atuação na área. É verdade que em alguns períodos, aos trancos e barrancos, conhecendo, transformando e fazendo a história da educação brasileira, dos quais 45

\*Diretor-Geral do INEP no período de julho de 1987 a março de 1990.

anos registrados e contados através da mais importante revista científica em Educação, a **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, a RBEP, que, juntamente com a nossa biblioteca e o arquivo histórico, tão bem quiseram homenagear o professor Florestan Fernandes, organizando uma mini exposição das suas obras e dos seus documentos históricos que constam do INEP.

Memória, também, é o prêmio Grandes Educadores Brasileiros, atribuído anualmente pelo INEP, que estimula o conhecimento das vidas dos grandes mestres já falecidos, com o objetivo precípua de que suas lições se tornem perenes. Memória é o Projeto Pedagogium - Museu da História da Educação Brasileira, na nova sede do INEP, em construção no campus da UnB, onde celebraremos o passado sem nos descuidarmos da escola do futuro, a escola que teremos de oferecer, após vencida a etapa da universalização do ensino, às crianças que ainda estão por nascer em nosso País.

Memória é fazer justiça em vida, reconhecendo a contribuição individual de abnegados e exemplares educadores que hoje, com a disponibilidade dos meios de comunicação modernos, documentamos e agradecemos de público. É assim que, nesta oportunidade, queremos enaltecer o trabalho do professor Florestan Fernandes, mestre de todos nós, que tão dignamente justifica o início histórico desta série. Homenagear Florestan Fernandes e também lembrar Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Monteiro Lobato, Gilberto Freire, Carlos Maciel, Dumerval Trigueiro e tantos outros educadores de igual dimensão.

Deixemos de lado, mesmo por alguns momentos, a conjuntura educacional brasileira com seus conhecidos problemas crônicos que a todos nós afligem. Aqui e agora, no calor vespertino de Brasília, neste auditório, respiramos e estamos plenos de esperança. Esperança

na certeza da democratização da escola, da conquista e afirmação da escola pública. Reverenciamos o passado vivo não apenas para revivê-lo, o que, por si só, se justificaria, mas, sobretudo, para juntos construirmos a educação do amanhã/hoje.

Educação, escola pública, democratização, futuro e esperança chamam-se Florestan Fernandes.

## ABERTURA DA SÉRIE MEMÓRIA VIVA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carlos Sant'Anna\*

É com grata satisfação que compareço a esta sessão de abertura da série de eventos que o INEP realiza sob a denominação de Memória Viva da Educação Brasileira, para saudar, em nome do Ministro da Educação, o ilustre educador, eminente sociólogo e deputado Florestan Fernandes.

A escolha de Florestan Fernandes como o primeiro educador a prestar o seu depoimento nesta série tem a virtude de fazer homenagem a uma figura de renome nacional e internacional nos campos da Sociologia e da Educação. Mas tem ainda um sentido mais profundo, que é o da escolha de alguém estreitamente identificado com os ideais democráticos, um conhecido difusor dos valores da justiça e da igualdade sociais.

Fomos todos testemunhas de sua presença marcante e de sua valiosa contribuição durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. À nova Constituição brasileira incorpora, de forma substantiva, a questão social, recebendo a Educação o tratamento

\*Ministro de Estado da Educação no período de 1989 a março de 1990.

prioritário que a ela é atribuído em todas as nações modernas do mundo atual. Embora não traduza, talvez, todos os nossos desejos, embora, talvez, a Constituição não represente ainda o ideal almejado pelos que lutam em prol da Educação no País, o novo texto contém indiscutíveis avanços e valiosas conquistas que apontam no sentido de novos tempos e perspectivas, de novos dias para a educação brasileira.

Vale também destacar o caráter essencialmente democrático que prevaleceu no decorrer de todo o processo de elaboração do texto constitucional, marcado de ampla abertura à participação popular e de grupos sociais na defesa de seus interesses. A participação intensa de Florestan Fernandes como educador, sociólogo e deputado constituinte foi, sem dúvida, relevante nesta luta por um espaço maior para a Educação no conjunto dos objetivos nacionais expressos na nova Carta.

Temos agora o dever de fazer valer essas conquistas, trabalhando pela causa da Educação com a maior dedicação, traduzindo em realidade palpável o ideal preconizado. Eventos como este que ora realizamos, visando resgatar a memória da educação brasileira, trazendo até nós as figuras mais representativas da nossa história nesse setor, têm, no atual contexto, importância significativa: trata-se de reviver as nossas lutas e de reacender esperanças. A riqueza da contribuição do professor Florestan Fernandes decorre não apenas da capacidade de visão analítica do intelectual, mas também de sua vivência, de sua participação intensa em diversos campos de nossa realidade social e política, e de sua postura e proposta de vida sempre coerentes com os ideais da democracia.

Como professor, Florestan Fernandes não se limitou às salas de aula. Como sociólogo, muito contribuiu para a ampliação de perspectivas e a valorização da

Educação, através de obras que enfatizaram a dimensão social e política da questão educacional. Seu depoimento, o primeiro de uma série que hoje se inicia, a par da inestimável grandeza derivada do peso intelectual de seu autor, tem ainda o mérito de ser prestado por um dos mais importantes protagonistas de períodos marcantes da educação no País.

Neste encontro, teremos muito a aprender, e certamente que o depoimento do grande educador nos levará à reflexão sobre esta temática que vem constituindo para nós um desafio constante. Muito obrigado, professor Florestan Fernandes, por sua presença nesta casa. Estou certo de que o seu passado de lutador pelas causas educacionais e sociais motivará todos os participantes deste evento para o papel que temos a desempenhar neste momento em prol da Educação.



## APRESENTAÇÃO

**Maria Rosa de Abreu\***

Estou aqui muito honrada para uma breve apresentação do professor Florestan Fernandes, enquanto lutador e defensor da educação pública em nosso País.

Sou professora na Universidade de Brasília e consultora para Assuntos da Escola Pública do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESQ) e falo aqui na qualidade de uma militante da causa da escola pública gratuita e laica.

Procurarei fazer uma apresentação didática do itinerário do professor Florestan Fernandes, especialmente para os jovens e os professores que irão tomar contato com o seu depoimento depois de publicado.

Quem é o educador Florestan Fernandes? Qual a sua trajetória? Qual a trajetória dessa luta que se inicia nos anos 40, passa pela campanha de defesa da escola pública, no final dos anos 50, chega a grande batalha na Assembleia Nacional Constituinte, em 1987-1988, e continua agora nesta fase de regulamentação das leis complementares? Qual o sentido dessa luta? Por que é importante, hoje, uma nação ter uma escola de qualidade que atenda massivamente a todos os jovens e crianças?

\*Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

É preciso ter claro o sentido da etapa histórica que a humanidade está ingressando. A atual etapa histórica se caracteriza por aceleradas mutações científico-tecnológicas, e exige que uma nação, para ser contemporânea e civilizada, tenha uma população altamente instruída. Além do direito de igualdade de oportunidades, um sistema educacional público de alta qualidade para todos é condição necessária para atender a essa complexidade crescente, em face das mudanças científico-tecnológicas, que exigem, nas palavras de Florestan Fernandes, uma verdadeira revolução educacional.

De fato, o sistema educacional brasileiro, através de toda a nossa História Republicana, tem-se mostrado incapaz de atender a duas coisas fundamentais: ao desenvolvimento sócio-econômico do País e à democracia. Mas arrancar o conhecimento do controle de uns poucos, das elites sócio-econômicas, tem sido tarefa pesada e árdua. Dizem que os sacerdotes sumérios chegaram a complexificar os sinais cuneiformes exatamente para dificultar o acesso do povo aos códigos escritos da época. Também a Igreja Católica durante muito tempo conservou, enquanto pôde, os seus conhecimentos de latim.

Então, nessa trajetória longa e difícil para levar a todos o conhecimento, para libertar o homem da ignorância e ascender ao conhecimento, como se inscreve Florestan Fernandes?

Ele se inscreve ao lado dos mais lúcidos espíritos que a humanidade já teve: Tomas More, Campanella, Babeuf, Rousseau, Condorcet, Marx, Jaurès, Lenin, Langevin e, no Brasil, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho. É nessa trajetória que se inscreve Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, cientista social, antropólogo, sociólogo, pensador, militante político, estudioso e de-

tensor da causa indígena, da causa negra, e um dos pioneiros do estudo dos movimentos urbanos no País.

Florestan Fernandes, o educador-pensador que fez e faz escola, e que formou alguns dos principais estudiosos de nossa realidade social, como lembraram Eunice Durhan e Fernando Henrique Cardoso, no encontro carinhoso de Marília, em 1986.

Florestan Fernandes, o lutador incansável na defesa da escola pública, gratuita e laica - escola pública cuja realidade e crueza sentiu no corpo e na alma.

Nascido na cidade de São Paulo, em 1920, Florestan Fernandes chegou à escola primária, segundo seu próprio relato, com a recomendação de sua mãe, Maria Fernandes, que disse ao diretor da escola: - Senhor, faça dele um homem e castigue-o como se fosse seu pai!. No terceiro ano teve que interromper os estudos para ganhar o sustento e ajudar a família. Perseverança, autodisciplina e determinação levaram-no ao curso de Madureza, que permitiu-lhe ingressar, em 1941, na Universidade de São Paulo, no curso de Ciências Sociais, ministrado então no prédio da Praça da República. Desde 1947, quando defendeu sua dissertação de mestrado - e posteriormente, as teses de doutorado, livre docência e para cátedra - colocou-se entre o reduzido número de pensadores brasileiros com sólida e extensa produção intelectual.

Dentre suas obras mais difundidas destacam-se: em 1968, **Sociedades de Classes e Subdesenvolvimento**; em 1975, **A Revolução Burguesa no Brasil**. Na esfera da Educação, publicou **Educação e Sociedade no Brasil**, em 1966; **Reforma Universitária e Mudança Social**, em 1974; **Reforma ou Revolução**, em 1975, e **A Questão da USP**, em 1984. com Nicos Poulantzas e, Alain Touraine publicou no México **Las Gases Sociales en América Latina** e, como organizador, publicou textos selecio-

nados de Marx e Engels, bem como textos básicos sobre o tema Comunidade e Sociedade no Brasil. Há a destacar, ainda, a tradução, com um texto introdutório, da obra de Marx **Contribuição à Crítica da Economia Política**, no ano de 1964, época em que, segundo relato de Antônio Cândido, foi militante político de linha trotskista, tendo sido um dos organizadores da coligação democrática radical. A destacar, também, em 1978, um livro sobre Lenin, na coleção **Grandes Cientistas Sociais**.

Na trincheira do ensino, Florestan Fernandes começou seu trabalho muito cedo, em 1945, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde formou gerações, corações e mentes, até 1969, quando foi compulsoriamente aposentado pelo Ato Institucional nº 5. Na esteira da fuga e da expulsão de cérebros, ele foi para a Universidade de Toronto, no Canadá, onde ensinou até 1972. Antes, entre 1965 e 1966, havia estado na Universidade de Columbia e, em 1977 e 1978 em Yale. A partir de 1978, passa a ser professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após ter ensinado quase 25 anos na USP, e de lá ter sido tragicamente excluído, só 17 anos depois, em 1986, voltou à Faculdade de Filosofia

Nas Jornadas de Estudo Florestan Fernandes, realizadas em Marília, no ano de 1986, ele fala do renascimento da universidade e do seu próprio rito de ressurreição, fala de um Florestan que a ditadura pensou ter morto e diz: "Ela não o matou, mas a universidade o perdeu, na medida em que eu repudiei a vida acadêmica e especialmente o padrão universitário de trabalho, de vida intelectual e de esperança humana".

O trabalho de publicista também começou cedo, em 1943. E ele veio escrevendo em muitos jornais e revistas ao longo de mais de quarenta anos. É no decorrer

do processo constituinte, especialmente agora que nos encontramos na fase de elaboração das leis complementares, que sua contribuição na batalha das idéias tem sido mais intensa. Antônio Cândido lembra que é possível distinguir na carreira de Florestan três momentos predominantes, apesar de que esses momentos sempre se misturaram: o dos anos 40, o dos anos 50 e o dos anos 60. O Florestan dos anos 40 é o da construção do saber, que ao construir o seu, constrói a possibilidade de saber dos outros. O Florestan dos anos 50 é o que começa a se apaixonar pela aplicação do saber ao mundo, porque, tendo já os instrumentos na mão, se dedica a aplicá-lo para compreender os problemas do mundo. O terceiro, é o Florestan que tendo aplicado o saber à compreensão do mundo, transforma-o numa arma de combate.

Antes de concluir, algumas palavras sobre a campanha de defesa da escola pública. Essa campanha, organizada no final da década de 50, vem na esteira das reformas estaduais de educação dos anos 20, das conferências estaduais de educação, do manifesto dos pioneiros e do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases, encaminhados à Câmara Federal em 1948. Em um artigo, no suplemento de educação da APEOESP, Florestan sintetiza o significado da campanha: "A campanha de defesa da escola pública organizou-se para promover o projeto original de diretrizes e bases da educação nacional e combater o projeto alternativo de Carlos Lacerda." Ela se alastrou por todo o Brasil, mas foi em São Paulo que atingiu maior apoio. Hoje, diz ele, "A questão se repõe, com as mesmas contradições. As iniquidades educacionais e as carências do ensino público aumentaram. Ao mesmo tempo, o Estado tomou-se um mecenas do ensino privado.\*\*"

Em uma avaliação breve, em 1984, Florestan, dis-

cutindo a questão da USP, mostra com precisão as contradições da campanha. Diz ele: "Nem na campanha de defesa da escola pública nem nas campanhas subsequentes das reformas de base, ousamos formular equações socialistas das plataformas reformistas. A pressão das classes conservadoras era tão forte e o ponto de apoio para ir mais longe tão fraco que ficávamos, na prática, na órbita do radicalismo burguês, com a esperança de que o próprio processo criasse uma espiral de acelerações políticas progressivas. É disso que temos que nos afastar nos dias atuais. O pólo proletário de luta de classes é hoje mais saliente e ativo. Pode-se contar com ele e pode-se partir dele sem qualquer concessão intelectualista."

Nessa mesma época ele escreve na **Folha de S. Paulo** seu lúcido e corajoso artigo onde faz uma análise da posição dramática da Igreja em relação à defesa do ensino privado e pago. Nesse artigo ele diz: "Aliado aos que combateram a ditadura, a pobreza, a opressão dos perseguidos e oprimidos, agente de belas páginas nos combates pelos indígenas e pela reforma agrária, com mártires incontáveis, e dos que criaram o desenvolvimento dialético da pedagogia dos oprimidos e da teologia da libertação, a Igreja Católica não perdeu a outra face reacionária e obscurantista, a vocação de ser um império dentro do Estado". E Florestan lembra ainda que "a Convenção Batista Brasileira dirige várias instituições educacionais as quais não recebem nenhuma verba pública. É uma questão de princípio fundamental". E mais: "Esse é o princípio correto. É preciso deixar o ensino público desenvolver-se e tornar-se acessível a todos e melhorar a qualidade. Essa é a alternativa democrática. A outra equaciona um Estado prebendário, que reparte sinecuras com os poderosos e com as instituições fortes."

Finalizando, eu diria, para que essas sementes que vêm sendo plantadas por Florestan Fernandes ao longo desse tempo, essa luta difícil, penosa, passou a se concretizar de fato numa escola pública ampla, massiva, de qualidade, que responda ao anseio de conhecimento de todas as nossas crianças e jovens. É preciso especialmente que as forças organizadas, os sindicalistas, os partidos políticos internalizem essas idéias de progresso e de justiça social. Isso, para que seja banida de vez a necessidade de uma criança no terceiro ano do grupo escolar, como vemos tantas hoje em dia, se ver obrigada a deixar de estudar para ir trabalhar e ajudar à família. Foi necessário um itinerário de dias difíceis, como ele disse, e com cicatrizes, para que essa criança, assim como muitas outras e muitos dos que aqui estão, inclusive esta que vos fala, pudessem superar suas deficiências formativas.

Para Florestan Fernandes a chave de tudo não está com os intelectuais, mas com a capacidade histórica das classes trabalhadoras de concretizarem suas tarefas políticas.

Eu queria lembrar que lendo uma entrevista com o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, quando perguntado quais as prioridades de seu programa de governo, ele respondeu: "uma das prioridades do meu programa de governo será uma revolução educacional; uma das prioridades do meu programa de governo será transformar a escola pública com qualidade superior à da escola privada". E nesse momento eu fiquei emocionada de ver como as idéias chegam às organizações. Quer dizer, as idéias que foram semeadas há tanto tempo estão chegando aos próprios partidos políticos, às organizações sindicais que terão a força de fazer as transformações de concretizar essa escola

pública que, ao longo de quase um século, nossos melhores educadores não têm conseguido transformar na prática. E se virmos a experiência, inclusive, dos países mais avançados onde hoje a escola pública é uma realidade, notamos que ela só se tornou uma realidade depois que o movimento sindical, com milhões de pessoas nas ruas, forçou a transformação dessas idéias em legislação e depois em prática concreta. É assim que, por exemplo, o Education Act, em 1944, torna o secundário obrigatório para todas as crianças inglesas, com escola em horário integral, pública e gratuita. A mesma coisa na França, onde o projeto do Langevin, feito depois da Segunda Guerra, não foi aprovado imediatamente, mas com grandes lutas sindicais, com coleta de milhares de assinaturas da população francesa, levou a que em 1958 De Gaulle promovesse reformas e implantasse também o secundário obrigatório, e criasse uma escola pública de qualidade e um plano nacional de carreira para o professor francês. Então, nos países onde isso aconteceu, houve muita luta de idéias, mas houve também a luta sindical, a luta do povo organizado, que transformou essas idéias generosas em realidade.

Concluindo, é o próprio Florestan Fernandes quem nos ensina que não temos outro remédio senão sermos otimistas. Nosso reino é o futuro. Depois de ter sido executado e sepultado no campus da Universidade de São Paulo, impedido de ensinar no Brasil, como uma fênix ele renasceu e reacendeu bravamente a luta pela revolução educacional no Brasil.



## DEPOIMENTO

### Florestan Fernandes

Eu não esperava que isto acontecesse na minha vida. A vida é feita de imprevistos. Tenho atacado muito esta Nova República, porque ela é um prolongamento da ditadura militar. E, no entanto, estou aqui para sustentaras minhas idéias, o que mostra quão poderosa é a História. Ainda não fomos acabados de ser expulsos das instituições dentro das quais nos formamos e já podemos falar naquelas instituições que foram pisoteadas pelo poder militar e pela autocracia civil.

Agradeço à professora Maria Rosa. Ela fez uma síntese tão penetrante de coisas que dizem respeito à minha vida, fez afirmações que não mereço de modo algum. Eu sou uma pessoa modesta. Eu não me compararia com pessoas que ela citou aqui. Acho que uma grande virtude das pessoas é não confundir até onde podem chegar. Sei até onde posso chegar e tento chegar lá. Mas sei que não poderia ser um Campanella e nenhuma dessas figuras que foram arroladas nessa lista que foi preparada pela minha colega. Mas, principalmente, fiquei fortemente emocionado com a sua sensibilidade humana. Praticamente, ela me roubou o discurso e vocês poderiam interromper a cerimônia aqui.

Se me é dada a liberdade de dizer o que penso, a

primeira coisa que eu queria pedir é que todos se levantassem para nós fazermos uma saudação a Anísio Teixeira, com palmas, com alegria, para recuperar aquela figura humana que deu tanto aos outros e recebeu em troca a exclusão.

Anísio Teixeira foi, inclusive, imolado não se sabe de que forma. Ninguém consegue explicar direito as condições de sua morte. E é com orgulho e emoção, emoção que chega às lágrimas, que venho aqui prestar esta homenagem a Anísio Teixeira. É uma homenagem que não pode ser singular, porque ela é uma homenagem a uma geração muito ampla, que contou com Fernando de Azevedo, que foi um dos meus maiores amigos - fui assistente dele sem ter sido seu aluno. Trabalhei com ele longos anos, depois com Roger Bastide, que foi meu professor. Não se pode esquecer outros nomes. A História registra todos eles. E se podemos dizer que eles advogaram a causa de uma concepção burguesa de revolução educacional, é preciso atribuir grandeza história a essa equação burguesa da revolução educacional, porque eles pretendiam, por aí, ocupar os espaços de uma civilização que não tinha chegado no Brasil até o fundo de suas potencialidades. Portanto, eles queriam passar o Brasil a limpo, pôr o Brasil na idade histórica em que eles viviam. Lutaram denodadamente. Lutaram contra cruzados, alguns de muito valor, precisamos reconhecer, valor intelectual e valor humano, mas que estavam obnubilados por uma concepção da educação que já fora ultrapassada, primeiro pela própria República, depois pela pedagogia moderna.

O valor de Anísio Teixeira é que ele era o maior e único pedagogo daquele grupo - embora Fernando de Azevedo fosse a cabeça mais organizada. Tentou transferir para cá o pragmatismo na Educação, que não era

um pecado venial, porque os discípulos de Dewey, nos Estados Unidos, puseram a Educação a serviço da transformação das comunidades. E o que Anísio Teixeira pretendia era criar no Brasil um tipo de escola que expressasse a nossa realidade humana, que fosse capaz de funcionar como um dínamo na criação de um processo civilizatório que rompesse de uma vez com o passado. Ele era um homem em permanente diálogo filosófico consigo e com os outros. E nesse diálogo filosófico o problema central era o enigma da Educação. como usar a Educação para transformar a natureza humana, para criar um novo padrão de cultura e para criar uma sociedade civilizada que o Brasil não possuía e ainda não possui. Não vou dar exemplos, porque eles são muito conhecidos.

Portanto, eu queria vir aqui, sem desmerecer os outros que trabalharam em prol desta instituição, para prestar o resgate e a memória desse grande educador e dizer que ele não foi esquecido. Sua obra continua viva. E se nós temos, hoje, a obrigação de partir de outros pontos mais avançados, esse não é um problema dele, é um problema da História. A História deslocou os seus eixos e nós fomos colocados dentro de uma perspectiva mais avançada, e podemos discernir transformações ainda mais profundas, alimentar esperanças que ele não ousou insuflar nos seus companheiros e nos seus seguidores e, ao mesmo tempo, colocar o ideário educacional dentro do campo da ação política, da ação transformadora do homem.

Dito isto, eu me ponho à disposição dos que me convidaram para vir aqui para responder a algumas questões. Naturalmente, eu não sei se esse formulário é rígido, se querem ou não alterar alguma questão. O primeiro tema seria a importância do INEP durante a gestão de Anísio Teixeira e a educação brasileira.

Devo dizer que a importância do INEP e a importância de Anísio Teixeira são duas coisas tão associadas que o passado **anterior** do **INEP** desapareceu, se esfumou na nossa memória histórica. **O INEP** se identificou com o próprio Anísio Teixeira. Ele encarnou os ideais de transformação da Educação que Anísio Teixeira defendeu. E devo dizer que Anísio Teixeira via o problema da Educação de uma perspectiva muito ampla. Ele não pensava a Educação em termos estritos de uma atividade segregada, isolada do mundo, e quando ele pensava na Educação, ele e os outros companheiros de geração, pensava na Pedagogia, na Filosofia, que são matérias por assim dizer intrínsecas à própria natureza do ato educacional. Mas eles pensavam também na Sociologia, pensavam na Biologia, pensavam na Psicologia. Portanto, eles possuíam uma concepção arquitetônica, grandiosa, que tentaram implantar, por exemplo, no Instituto de Educação, em São Paulo, na organização do curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, ao mesmo tempo - e isto é muito importante ressaltar - eu fiz esta análise com relação à **Sociologia Educacional**, obra de Fernando de Azevedo, mas que se pode fazer em relação a Anísio Teixeira com maior pertinência. Esses educadores não vieram da Educação para a transformação da realidade. Eles fizeram o caminho inverso: vieram da transformação da realidade para a Educação e para a concepção dos meios que o educador deve utilizar, de saber e de ação, para atingir os fins da Educação. Eles foram, sobretudo, grandes reformadores sociais, que se dedicaram à Educação porque concebiam que a Educação era o elemento central da transformação do mundo.

Há uma carga de idealismo aí, mas esse é um idealismo criativo. O homem precisa ter consciência de si próprio como indivíduo e como classe, para o bem e para o

mal, para a transformação e para a conservação da sociedade. Mas precisa ter consciência. E essa consciência se adquire através da Educação. Por isso, eles foram reformadores. Todos eles tentaram em seus Estados; não é o caso de Fernando de Azevedo, que não era paulista, mas que tentou uma reforma educacional em São Paulo junto a um governo que não merecia a sua colaboração e que lhe causou uma experiência dramática, quando ele soube que não era mais secretário de educação porque o carro que deveria pegá-lo não foi buscá-lo em sua casa. E ele telefonou à garagem para saber por que o carro não ia e o informaram que ele não era mais secretário de educação. No lugar dele foi posto alguém que servia ao governador, mas não à Educação.

Esses homens concebiam a reforma educacional como o eixo central da transformação da vida. Anísio Teixeira, na Bahia; Carneiro Leão, em Pernambuco; Fernando de Azevedo, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, e todos eles fizeram reformas de grande importância, de grande significado histórico e que duraram a permanência do governo e, às vezes, nem isso, porque, em seguida, a tradição cultural brasileira, que veio do período colonial, da transição neocolonial, do escravismo pós-Independência, da oligarquia republicana, essa tradição cultural varria do mapa tudo que havia sido feito, em nome da defesa de valores sagrados da família, da ordem social: "É preciso combater a anarquia e não levar tão longe os ideais de liberdade."

Portanto, Anísio Teixeira trouxe para cá esse espírito de reforma, e de uma reforma estrutural, uma reforma que os senhores podem comparar à reforma agrária, e que eu ousou dizer que é mais importante que a reforma agrária, porque se as vítimas da concentração da propriedade da terra tivesse outro padrão de vida, outro

nível educacional há muito tempo nós não teríamos problemas de terra no Brasil, problemas de política agrária etc. Portanto, eles queriam desmatar essa imensa floresta que ficou no espírito dos que sucederam aos colonizadores, com as mesmas metas que transformaram o Brasil numa fonte permanente de privilégios para os poderosos. E nisso foram corajosos e Anísio Teixeira é um exemplo, porque ele era um homem tímido, um homem retraído, muito aberto à discussão, muito aberto à troca de idéias, ao diálogo, mas, ao mesmo tempo, adversário da violência. Por isso ele escolheu a Educação como um meio. E Fernando de Azevedo, reproduzindo uma afirmação de Antônio Carlos, o político mineiro, dizia e escreveu em um de seus livros: "É preciso fazer a revolução nas escolas antes que o povo a faça nas ruas."

Vocês dizem: aí está o fulcro burguês dessa concepção pedagógica. Mas aí está, também, a ruptura com a ordem burguesa existente, uma ordem burguesa que, de acordo com Bobbio, possuiria uma sociedade civil não civilizada. Acho que vocês conhecem o ensaio desse pensador italiano, o contraste que ele faz entre a sociedade civil civilizada e a sociedade civil não civilizada, a sociedade civil da barbárie. E eles queriam civilizar a sociedade civil, criar dentro do Brasil os dinamismos de uma sociedade burguesa moderna. E o INEP seria uma alavanca nesse processo. Ele iria congregiar investigadores, homens de pensamento e de pesquisa, recursos educacionais de vários tipos, para se pôr à disposição da sociedade para construir novos caminhos, novos fins, para repetir uma frase de Fernando de Azevedo, na área da Educação. Então, o significado do INEP é tão importante quanto foi o do desenvolvimento da Semana da Arte Moderna ou quanto o da fundação da Universidade de São Paulo. É uma inovação

que tinha raízes dentro das nossas realidades mais profundas, que ia até às contradições insolúveis, dentro de uma sociedade capitalista, dos problemas brasileiros e que, portanto, poderia desencadear dentro do País um processo de mudança de um alcance imensurável.

Lembro-me de que naquela época, na década de 40, se falava muito num livro de KillPatrick, **A Educação para uma Civilização em Mudança**. Eu, que fiz curso de Ciências Sociais, logo critiquei essa fórmula porque, como professor, dava aulas de Sociologia do Conhecimento para o curso de Filosofia. É preciso qualificar a mudança, que mudança nós pretendemos. É muito evasivo falar em uma civilização em mudança. A mudança pode ser para pior ou para melhor. Por isso, os especialistas falam em mudança social progressiva e em mudança social regressiva. E o dilema dos educadores é que eles ficaram presos dentro dessa ratoeira, uma ratoeira que implicava em supor que há um automatismo no processo de mudança, que a mudança irá sempre na direção progressiva e que ela acumulará forças e transformações inapeláveis.

Sabemos que a mudança é sempre uma realidade política. Ela pode começar a partir da fome e da miséria, pode começar a partir da riqueza, do desenvolvimento, ela tem vários patamares para se iniciar. Mas o que alimenta a mudança e a resistência à mudança é sempre uma posição política nas relações das classes. O que uma classe quer modificar em sua situação de interesses e em seu sistema de valores? É preciso equacionar e responder a essa pergunta, que se coloca acima de uma transformação que se daria dentro do espaço da ordem social capitalista. Mas eu sei, porque trabalhei muito com Fernando de Azevedo, que para ele, como para Anísio Teixeira, em virtude das influências de Dewey, a mudança seria progressiva, porque ela desenca-

dearia as potencialidades da civilização moderna, que as classes burguesas não difundiram, não aceleraram, ao contrário, abafaram. Não só no Brasil, isso aconteceu em toda a América Latina. E só onde houve pressão externa, é que as classes burguesas se abriram para as grandes reformas históricas, reformas como a revolução nacional, como a revolução democrática, como a reforma urbana, como a reforma agrária, como a reforma educacional etc. Todas essas transformações não são um ato de consciência automático das classes dominantes. Essas transformações nascem da necessidade, ou de mudar a sociedade para impedir inquietação social, rebeliões e revoluções contra a ordem, ou então como uma maneira de absorver pressões que vêm de baixo e que podem, ao ser atendidas, fortalecer a perpetuação da ordem social vigente. Quer dizer, a burguesia européia foi inteligente, a burguesia norte-americana foi inteligente, a burguesia brasileira não foi, como a burguesia de vários outros países.

O INEP se planta dentro desse solo histórico, que hoje não é mais o solo histórico no qual estamos pisando, mas que ainda possui importância, possui vitalidade. Vocês viram como se constituiu o Centrão, como o Centrão imobilizou o processo Constituinte, deturpou-o, desviou-o de suas potencialidades e dos seus fins. Essa luta, portanto, vem até este momento e ela não pode ser ignorada. Esses homens não podem ser tratados levemente, como fazem alguns analistas na área de Educação. Pedagogia burguesa: vamos pôr na lata de lixo! Não. É preciso ver no que essa pedagogia burguesa foi sufocada; porque não deu os seus frutos, apesar de todo o ardor, de todo o idealismo e de todo o esforço, o que ela representou, o que teria produzido e por que a resistência à mudança nos colocou a necessidade de ter, atrás da Proclamação da República, uma república



oligárquica; atrás de uma revolução política liberal, um Estado Novo; atrás de uma tentativa de implantar uma democracia de participação ampliada, uma ditadura militar que durou até os nossos dias, sob a forma de transição dentro da transição.

É dentro desse contexto histórico que temos de colocar o INEP. Ele não é uma instituição do passado, ele não é uma instituição intermediária, ele não é um meio de mediação do governo para atender aos interesses exclusivos das classes conservadoras. Ele é um núcleo de trabalho pedagógico que frutificou numa direção, no passado; sofreu duras contingências, durante um período mais ou menos largo; e manteve a vitalidade de chegar até aqui, para nós travarmos esta discussão. E Anísio Teixeira foi a alma desse Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Darcy Ribeiro apareceu como um auxiliar de Anísio, mas, principalmente, para desbordar, ampliar certas áreas de investigação, para estender o alcance da atuação política da direção do INEP, enfim, ele foi um catalizador de inquietações. Mas Anísio Teixeira já tinha tantas inquietações que mexer com as inquietações dele vinha a ser até perigoso.

Acho que com isso digo pelo menos o que penso do INEP. Se essa representação é gratuita ou não, corresponde àquilo que vocês definem como a verdade. Eu peço desculpas, mas a verdade possui várias faces e eu descrevi uma das faces da verdade, aquela que consegui ver numa colaboração com Anísio Teixeira, que já contava com a presença de Darcy Ribeiro, que foi meu contemporâneo na Escola de Sociologia e Política (quando fiz curso de pós-graduação, ele fazia a graduação, nós dois trabalhamos com o professor Baldus, fizemos teses sobre indígenas, só que eu preferi os indígenas do passado e ele preferiu os indígenas do presente. Prefiro os indígenas do passado porque, por um acaso, desco-

brimos que se poderia reconstruir a sociedade tribal e outros aspectos de sua civilização que foram ignorados nos trabalhos de Alfred Métraux).

Acho que, com isso, dei um retrato de uma situação, que precisaria ser um pouquinho ampliado, porque Anísio Teixeira não conseguiu fazer o que ele pretendia. Ele queria criar vários Centros Regionais, que funcionassem como uma espécie de sistema de gânglios e levassem para todo o Brasil a atividade de pesquisa, conhecimento e explicação realizada através do INEP. Entre eles, vocês conhecem o de São Paulo. Anísio convidou Antônio Cândido para dirigir o Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Antônio Cândido recusou. Aí ele se voltou para mim e disse: "- Florestan, você não vai me decepcionar como o Antônio Cândido. Você dirige o Centro?" Eu disse: "- Não, não dirijo. Não é o meu objetivo, tenho outras aspirações dentro da minha vida intelectual. Seria uma distorção muito grave, mas acho que o doutor Fernando faria isso." Ele disse: "- O Fernando? Mas como eu posso convidar o Fernando para isso?" E eu lhe disse: "- É simples, traga o Fernando de Azevedo aqui, mostre o prédio, conte a dotação de que ele disporá, fale sobre os objetivos, que a imaginação do doutor Fernando vai trabalhar no sentido de ver que se trata de uma atividade digna da competência dele e da sua capacidade criadora." E foi o que aconteceu. O Fernando de Azevedo, eu e o Antônio Cândido assistimos passo a passo, repetimos todo o passeio, subimos até aquela área, que era uma espécie de telhado; e, no fim, Fernando de Azevedo aceitou, o Anísio ficou feliz e o Centro produziu um trabalho criativo em São Paulo, suplementando a Faculdade de Filosofia e a Universidade de São Paulo numa área de pesquisa que jamais elas poderiam desenvolver por sua própria conta, ampliando os cursos de extensão e de

atualização de professores de ensino de nível médio no Brasil inteiro, levando para esses cursos os melhores professores com os quais ele poderia contar, desenvolvendo programas de pesquisa de grande alcance. Se ele não fez mais, foi porque os meios foram escasseando. A Educação, quando não é esmagada pela ignorância, é esmagada pela escassez de recursos. Essa é a realidade.

Não sei se seria melhor acabar este roteiro, falando mais rapidamente, porque senão eu vou tirar os poucos cabelos que estão na cabeça do senador Nelson Carneiro, faltando à votação, e ele vai me descontar 1/30 dos meus vencimentos.

### **O Verdadeiro Caráter do Substitutivo Apresentado pelo Deputado Carlos Lacerda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

Sobre isso foram publicados vários livros e existe um conhecimento vivo. Vocês todos sabem, tão bem quanto eu, qual foi a batalha que se travou. Os pioneiros da Educação Nova tinham em mente um fim estratégico, não confessado, que era, através do Conselho Federal de Educação, forjar um pólo indutor de transformação educacional de cima para baixo. Eles não contaram com o que a sociedade brasileira é capaz de fazer com as inovações. Mas, de qualquer forma, o Conselho Federal de Educação era um objetivo com propósitos muito mais amplos do que aparentava. No mais, o que eles pretendiam era consagrar o que sempre foi o elemento nuclear da concepção pedagógica de Anísio Teixeira: a Educação não é privilégio; a Educação deve ser posta ao alcance dos mais pobres, dos mais humildes. Ele travou essa batalha durante toda a sua vida. E tanto ele quanto Fernando de Azevedo tinham vínculos profundos com a formação religiosa. E,

no entanto, queriam uma educação que fosse democrática, laica, gratuita. E defendiam a democratização do ensino público, quer dizer, pela via da escola pública e gratuita, para todos.

A luta por esse objetivo já transparece na Constituição de 1934, mas é sob o Ministério de Clemente Mariani que eles conseguem dar uma certa impulsão aos seus propósitos. O ministro apresenta um projeto em 1948 que era, em grande parte, um projeto que traduzia as aspirações dos pioneiros, mas fazendo concessões a outras exigências de setores diferentes. • Ministro sempre é político e, como político, ele precisava atender às pressões que sofria ou de cima ou de baixo (ou de lado ou de dentro dele próprio...) o fato é que o projeto de Clemente Mariani atendia a uma porcentagem muito grande das reivindicações dos pioneiros, mas não todas. Houve até uma polêmica muito complexa entre liberais e conservadores; entre católicos, maçons e agnósticos, entre idealistas e pessoas que queriam objetivos mais limitados. O fato é que a escola pública estava em crescimento. E escola pública em crescimento significa escola privada em processo de encolhimento. Travou-se, então, uma disputa que eu caracterizei uma vez do seguinte modo: de um lado, a Igreja Católica querendo ter o monopólio da Educação de mentes e corações - felizmente nem a minha mente nem o meu coração, mas daqueles que fossem às escolas públicas; de outro, o setor comercializado tentando transformar o ensino em uma atividade empresarial, definidamente, e a possibilidade de competir com esse sistema de ensi-

<sup>1</sup> Quanto à íntegra do projeto, ver R. Spencer Maciel de Barros (Org.), **Diretrizes e bases da educação**, São Paulo, Pioneira p. 479-503.

no público em crescimento, limitando a sua capacidade de expansão.

Vocês encontram esse enfoque, no trabalho do professor João Villa Lobos, o qual vocês podem ler sem susto, porque a regressão ideológica dele é posterior à redação desse livro. Ele é um homem de valor, e eu ainda tenho um grande respeito por ele. Podem ler também os documentos publicados por Roque Spencer Maciel de Barros, que passou por um processo paralelo, mas, felizmente, posterior à publicação do livro. Ou no meu livro **Educação e Sociedade no Brasil** e em livros mais recentes, que foram publicados por educadores jovens este ano, no ano passado etc.

O fato é que Carlos Lacerda não foi o autor do projeto. Houve um grupo de educadores e intelectuais leigos e católicos, ligados ao ensino privado, confessionado ou comercializado, que elaborou um novo projeto, e Carlos Lacerda apresentou o substitutivo<sup>2</sup>. E Carlos Lacerda era um homem de uma mente muito poderosa. Fernando Henrique Cardoso, que naquela época participava também da campanha em defesa da escola pública, dizia: "- O mal de Carlos Lacerda é que ele não está do nosso lado!" Quer dizer, Lacerda era um homem de uma capacidade de ação parlamentar muito alta e as pressões externas o ajudaram. Naturalmente, a batalha se travou em tomo de princípios, como o da liberdade de ensino, como conceber a liberdade de ensino. A liberdade é do professor, a liberdade é da escola, ou a liberdade è da família? Atrás de cada uma dessas armadilhas existe uma solução. E, por ai, pode-se fazer a drenagem dos recursos públicos para a Educação sob várias formas. O senador João Calmon é um homem

<sup>2</sup>Quanto à integra do projeto, ver obra citada, p. 504-522.

devotadíssimo à defesa de verbas para o ensino, mas ele nunca esclarece como é que ele quer destinar as verbas ao ensino, como outros. Apesar disso, respeito muito a tenacidade dele, pelo menos é meio caminho andado... Para mim as verbas públicas deveriam ser, como pensavam Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros, destinadas ao ensino público. No entanto, a idéia da liberdade do ensino levou a uma polêmica acesa e os pioneiros tiveram de assumir essa polêmica, despertando desconfianças entre os liberais, que foram seus aliados e acabaram ficando em posições mais ou menos dúbias, porque já não sabiam a quem atender. Parecia-lhes que, atrás das concepções pedagógicas dos pioneiros, havia a idéia da estatização do ensino. Mas, ao mesmo tempo, muitos desses liberais eram maçons e eles não queriam ver a Educação como um privilégio religioso de classe. Então, travou-se uma luta dentro do próprio campo que apoiava os pioneiros da Educação Nova. Essa divisão acabou sendo nefasta para a tramitação do projeto na Câmara, enquanto, de outro lado, o poder da Igreja Católica era, como é até hoje, um poder monolítico e avassalador. A aliança com a escola privada mercantil acabou representando uma vantagem tática insuperável para a privatização dos recursos públicos na área da Educação. Aí está o elemento central. Existem outras diferenças que não vêm ao caso discutir aqui, porque eu iria ser enfadonho e iria insistir sobre coisas conhecidas.

Qual a Importância das Ciências Sociais para uma Melhor Compreensão da Realidade Brasileira do Ponto de Vista Econômico, Político e Social?

Acho que, naturalmente, essa pergunta necessitaria de um adendo no caso da Educação. As ciências sociais

tendem a estudar o modo capitalista de produção. Por exemplo, as sociedades de classes, o Estado capitalista. A Psicologia, que, também, sob muitos aspectos, é uma ciência social, explica tendências ao conformismo, à repressão, à opressão, à agressão, porque, afinal de contas, muitas vezes aqueles que precisam mais da Educação acabam sendo também os que rejeitam a Educação. Vocês podem ficar assombrados lendo os jornais de Brasília. Eles reproduzem situações de depredação da escola, que são universais, na sociedade brasileira. Ocorrem em São Paulo, principalmente na periferia de São Paulo. Por que esse vandalismo? Esse vandalismo nasce de uma frustração. A agressão é transferida para fora. Aqueles que se sentem excluídos e negados se afirmam destruindo. Quer dizer, a Educação, nesse processo, acaba não sendo um elemento excessivo; ela acaba sendo aquela cadeia que falta para que os excluídos e oprimidos adquiram uma consciência de que a sua liberação depende da sua consciência crítica, e que essa consciência crítica pode passar por um tipo de educação que não seja conformista, mas sim ativista e militante.

A contribuição das ciências sociais é de dois tipos: **contribuições teóricas**, para ampliar o edifício teórico das ciências sociais. No Brasil há pouco trabalho nessa direção, e uma das pessoas que trabalhou nessa área teórica com um pouquinho mais de insistência fui eu mesmo - fui uma exceção que confirma a regra. A maior parte dos meus colegas sempre preferiu conhecer mais a realidade, a sociedade brasileira, dentro da perspectiva segundo a qual é preciso conhecer para transformar a realidade, o ideal comteano: conhecer para prever e para dominar.

A minha visão não é bem essa. Mas, no Brasil se desenvolveu essa perspectiva, que nós difundimos na

Universidade de São Paulo. Agora, o importante é a contribuição das ciências sociais para o conhecimento da Educação, para colocar a Educação dentro do seu eixo histórico. Por que um país precisa mais da Educação que outro? Por que um país da periferia, com desenvolvimento capitalista desigual, precisa da Educação para diminuir as desigualdades, para eliminar iniquidades, para criar uma pedagogia dos oprimidos, como diria Paulo Freire? As ciências sociais têm uma importância fundamental nas respostas a essas questões. E podem servir às classes dominantes, podem servir às classes intermediárias, podem servir às classes subalternas.

Não posso discutir esse assunto aqui porque ele sozinho requeriria uma exposição longa. Porém as ciências sociais foram o canal que serviu para que os pioneiros da Educação Nova, primeiro, e os educadores que vieram mais tarde tivessem a ambição de expandir a pesquisa biológica, a pesquisa psicológica, a pesquisa sociológica, a pesquisa econômica etc, para colocar esses conhecimentos ao alcance de uma escola de maior rendimento.

É claro que há um monopólio do conhecimento numa sociedade de classes. Sem quebrar esse monopólio é difícil tomar a participação dos conhecimentos produzidos acessível a todas as classes em confronto. Nesse ponto, o Brasil sofreu modificações profundas nestes últimos trinta ou quarenta anos. Infelizmente, não posso discutir isso aqui, mas é importante demonstrar que as ciências sociais, já a partir de Fernando de Azevedo, e principalmente depois dele, contribuíram para que se tivesse uma nova visão da Educação e do educador. Marx pergunta nas teses sobre Fierbach: "Quem educará o educador?" Essa é uma pergunta decisiva. Marx, nessas mesmas teses, fala que é preciso superar a tradição filosófica de explicar o mundo, para se transfer-



mar o mundo. As ciências sociais têm uma tradição, em todas as suas tendências, que leva a idéia de uma aplicação ao estilo liberal. O cientista produz o conhecimento puro e o técnico aplica; ou então uma concepção que é mais moderna, que nasceu com a física nuclear ou então com a sociologia marxista, de que não se pode separar o conhecimento da transformação do mundo da transformação da pessoa e da sociedade. É muito importante aqui o fato de que a Educação acabou sendo posta naquela posição de relevo, que nos permite falar que ela é o requisito para todas as outras revoluções e reformas sociais dentro da ordem e contra a ordem existente.

Há uma outra pergunta: quais os avanços obtidos pela Constituição de 1988?, que eu devo pular, porque acredito que vocês estão mais preocupados com os avanços que não foram conquistados, e que provavelmente poderão ser conseguidos dentro de poucos anos, quando fizermos a próxima revisão constitucional. De qualquer maneira, a nossa Constituição é uma constituição inacabada. Ela é uma sonata que não terminou. E não responde às exigências históricas do presente da sociedade brasileira; mas se respondesse, daria no mesmo, porque a questão é de poder. Quem pode controlar as estruturas de poder, o sistema de poder, e usar a Constituição como um elemento de transformação da ordem? Vocês sabem que existem duas concepções opostas de Constituição: uma concepção estática codificadora, tecnicista, onde os princípios estão enumerados e cada caso precisa ser resolvido de acordo com aquele código que é fornecido pela Constituição. E existe um outro paradigma, que foi, por exemplo, o da Constituição portuguesa elaborada depois da Revolução dos Cravos, e que hoje está em processo de regressão em Portugal. Aquela era uma constituição

dinâmica, feita para promover avanços sucessivos encadeados. Ela prevê situações existentes e situações que poderão ser criadas, no transcorrer do processo histórico. E o Direito, inclusive, na forma mais pura do Direito, que é o Direito Constitucional, não é apenas uma arma de defesa da ordem; é um instrumento de aperfeiçoamento e de transformação da ordem. Isso poderia acontecer dentro de uma sociedade capitalista. Aconteceu já em países da Europa, aconteceu nos Estados Unidos, infelizmente não aconteceu entre nós.

### Importância da Elaboração de uma Nova Lei de Diretrizes e Bases que Assegure o Direito à Educação para todos

Aqui está o ponto crucial, que mereceria maior saliência nesta discussão. Anísio Teixeira insistia em que a Educação não é privilégio. Hoje, o grande drama central da sociedade brasileira é o da liberação das classes destituídas, tanto dos trabalhadores livres quanto dos trabalhadores semilivres, como ainda daquele exército de miseráveis da terra que são tão numerosos na cidade e no campo.

A Lei de Diretrizes e Bases, para ter sentido, precisa desfocar-se do tope e focar-se na base da sociedade. De outro lado, ela não deve centralizar o poder de decisão em cima, mas descentralizar a capacidade de decisão.

Eu não sou um educador. Até fico envergonhado quando alguém me diz que eu sou um educador. Sou um professor, sou um sociólogo, sou um intelectual, mas acho que ainda seria preciso alguma coisa a mais para eu me apresentar de público como educador. É a imaginação dos outros que me transforma em educador. Educador talvez por ter sido privado da escola, por ter sido uma pessoa que saiu do curso primário no ini-



cio do terceiro ano; que queria estudar e conseguia livros emprestados ou doados; que aprendia sozinho; que foi ao curso de Madureza, e que chegou à universidade na idade normal - porque o antigo art 100 oferecia esse privilégio: eu podia concorrer ao pré-universitário e podia concorrer diretamente ao exame de habilitação. Entrei nos dois. No pré da Faculdade de Filosofia, em segundo lugar, e no curso de Ciências Sociais em quinto lugar. Eram trinta vagas no curso de Ciências Sociais para 29 candidatos. Os franceses aprovaram seis, eu era o quinto! E fui examinado sobre o texto de um livro que, hoje, os estudantes de pós-graduação renegam, quando se fala nisso como tarefa obrigatória: De la Division du Travail Social. Era fantástico o fosso, a tremenda distância que existia entre a concepção francesa do ensino universitário e a realidade brasileira.

Pois bem, cheguei lá, exatamente por causa da minha privação, por causa dos amigos que eu vi se tomarem bandidos, vi se tomarem alcoólatras; dos grandes homens humildes que conheci, jovens e velhos, e que nunca foram nada, porque estavam privados do conhecimento, porque não tiveram meios para se educar. Por isso, para mim, o elemento central da Educação está na escola e, dentro da escola, na sala de aula. Há esse binômio: sala de aula e escola. E isso é ignorado. Poucos autores o salientam, como Schmidt, um educador libertário, anarquista. É muito importante que nós retiremos da Educação as cadeias que a amarram a uma sociedade muito hierarquizada, muito autocrática, muito repressiva. Liberar o processo educacional, transferir para dentro da sala de aula o caráter que ela deve ter de *experimentam crucis*, no nível mais profundo de uma pessoa **que se dá à outra.**

Tive a felicidade de conhecer um autêntico educador, o professor Benedito de Oliveira, que foi diretor do

Colégio Riachuelo e, anteriormente, professor do Liceu Coração de Jesus, geógrafo, historiador, homem humilde, e que morreu desconhecido. com ele eu descobri qual é a medida de um educador. Jamais passaria pela cabeça dele alimentar formas de coerção dentro da sala de aula. A aprendizagem precisa ser liberada, as mentes precisam ser criativas. Então, temos de inverter tôda a nossa rota pedagógica, acompanhando as vias históricas novas. E isto é uma coisa que não existia no ideário dos educadores, dos pioneiros da Educação Nova. Eles queriam quebrar os privilégios.

Hoje, já podemos pôr de lado essa necessidade de quebrar privilégios, embora eles existam, para lutar para que a escola e a sala de aula retomem toda a sua dignidade, tôda a sua importância. Não fazer uma lei para impedir que elas funcionem, para que as coisas subam de uma autoridade escolar para a outra, até chegar às mãos dos burocratas supremos ou do ministro. Parece que o ministro não tem mais o que fazer!... Ele tem que assinar tanta papelada... Ora, essa é uma concepção retrógrada do processo educacional. O processo educacional se desenrola dentro da escola. E se é preciso instituir uma lei de diretrizes e bases, essas diretrizes e bases são apenas coordenadas, que visam a impedir que dentro dessa imensa liberdade se instaure uma desordem que destrua todo o processo educativo.

Aí está o que penso. Pode estar errado. Vocês são educadores, eu sou aprendiz de educador. Vocês julgarão se estou certo ou errado.

O outro ponto é aquele que eu tenho definido de uma forma parecida com a de Paulo Freire, só que numa direção mais radical. Ele fala na liberação dos oprimidos e eu falo na incorporação dos excluídos. Hoje, o drama da universidade não é só o de melhorar a sua qualidade, a sua transparência, a sua capacidade de pro-

duzir bom ensino e conhecimento original; é, principalmente, a de levar o conhecimento mais avançado àqueles que não tiveram a oportunidade de aprender, àqueles que foram expulsos. Primeiro, foram expulsos socialmente e, depois, cultural e economicamente, e que precisam ser reincorporados. Temos de aprender. Pode-se conseguir isso de maneira severa, como fazem os japoneses; pode-se fazer isso de uma maneira branda, tolerante, suave, como seria a da transição da pedagogia ocidental mais inovadora. Eu acho que nós temos de quebrar todas as barreiras, de impedir esse afunilamento do sistema de ensino que debati muito na campanha em defesa da escola pública. A primeira tentativa de analisar o sistema de ensino como uma totalidade partiu de um trabalho que eu fiz para uma conferência sindical. É o estudo que abre **Educação e Sociedade no Brasil**; onde se relaciona aquela imensa base com uma estrutura intermediária muito menor e com um ponto. Esse afunilamento vem até hoje, só que aquele 1,5% hoje subiu para 4 ou 4,5%. Nós não podemos ser um País civilizado, um País que elimine a barbárie, nessas condições. Então, é por isso que eu disse que é preciso uma revolução educacional, porque é uma reforma tão profunda quanto à reforma agrária. Ela vai abalar as estruturas sociais do País. Mas, com isso o País poderá dar um salto enorme na direção da criação de novos destinos e se tomar uma nação autônoma e, inclusive, ser capaz de colocar a questão de capitalismo ou socialismo como uma opção das classes, como uma escolha daqueles que estão em confronto e não como uma imposição da ordem.

Trata-se de um delineamento um pouco sumário, ou muito elementar, da minha posição, que pode ser tachada de ideológica; **mas tudo é ideológico**. Também é ideológico defender uma concepção fechada, muito

centralizada, da Educação, que leva ao Conselho Federal de Educação, com qualquer que seja a sua qualidade e abertura, e ao ministro, a decisão de todos os problemas. Os problemas fundamentais têm de ser resolvidos onde eles surgem. Se eles precisam ir para o tope então essa sociedade é uma sociedade que politiza a Educação de tal maneira que acaba destruindo a Educação como um processo psicológico e como um processo de desenvolvimento dinâmico da personalidade.

Temos de parar por aqui as perguntas.

Educação para a classe trabalhadora. Esse é um tema que também exige uma conferência. A Educação para a classe trabalhadora não começa, como se pensa, na escola. O grande drama da Educação é que seus problemas aparecem no sistema escolar, mas nascem antes, quando a criança ainda é parte do ventre da mãe. Se vocês estudam uma tribo, vocês aprendem como se educa a criança quando ela é um ser vivo que ainda não anda, não fala, não come, não bebe, a não ser através da mãe. A Educação começa aí. Ou então a deseducação, a destruição. E nós, nessa fase, ignoramos a criança, ignoramos que a Educação começa aí. E há toda essa fase que vai do zero aos seis anos, que nós pensamos resolver com creches, com pré-escolas, mas que não é atingida só pelas creches e pelas pré-escolas. É atingida pela família, pela vizinhança, pela opressão e exploração de classe. E, por isso, é necessário transformar a sociedade, para termos o requisito principal, número um, de imaginar uma Educação necessária à classe trabalhadora.

Há muitos que pensam na Educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusiva. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado; ele

precisa ser adestrado, não polido. Intelectualizado? Ora, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção. Por que os que são proprietários dos meios de produção têm capacidade de comandar, a arrogância de mandar etc. ? Porque eles aprendem nas escolas uma educação de classe e adquirem uma cultura geral que é uma cultura formativa. Temos de dar ao trabalhador essa mesma Educação. O educador precisa conhecer o mundo, explicar o mundo, transformar o mundo e, para isso, não basta dar ao trabalhador adestramento na situação de trabalho, a escolaridade técnica. Ele precisa, inclusive, se possível, percorrer todos os graus de ensino.

Quando trabalhei na Novoterápica eu já estava com dezessete anos e acabei substituindo um colega suíço que era chefe da seção de dentes da Novoterápica. Ele me disse que na Suíça às vezes se paga a passagem do bonde a um cobrador que é um doutor pela universidade. Há uma abundância de pessoas educadas, de nível superior, que não são aproveitadas no sistema produtivo, tanto econômico, quanto cultural, quanto político. Isso é um luxo? Não, é uma necessidade.

O trabalhador precisa de uma Educação que o transforme em alguém capaz de manter uma posição ofensiva nas relações de classe. Fiz com o professor Roger Bastide a pesquisa sobre o negro, a famosa investigação de 1951, que suplementei sozinho, depois que ele foi para a França, em 1954. Havia aquela propensão da capitulação passiva do negro. Essa capitulação passiva precisa ser eliminada do dicionário de todos os brasileiros. como fazer isso? Através de processos educacionais. Antes de sentar no divã, a pessoa passa pela escola. E, ao passar pela escola, ela pode se livrar do divã e ela pode tornar-se mais útil a si própria, como pessoa e co-



mo classe. Então, há uma imensa revolução a fazer aqui. Lamento não poder ir longe.

Outra questão: a ligação da escola e do movimento educacional com o partido político. Esse é um problema grave, porque no Brasil o monopólio da Educação pelas classes dominantes transformou os partidos políticos em instituições que só servem para a pugna eleitoral. Quando se trata do momento de ratear o poder, de negociar, de conciliar ou então de esmagar os de baixo, aí os partidos têm utilidade; depois, eles são postos de lado. Esse pessoal todo tem as suas elites econômicas, elites culturais, elites políticas, não precisam da escola de partido. Já os partidos proletários necessitam de escolas de partido. Algumas das figuras mais eminentes na história do socialismo e do comunismo não foram professores de universidades, foram professores de escolas de partido. Rosa Luxemburg é um exemplo; Bukharin é outro exemplo; o próprio Lenin deu cursos no partido. O famoso economista austríaco Hilferding foi professor de escola de partido. Quando os professores universitários concentraram em suas mãos a responsabilidade de desenvolver o socialismo e o marxismo, eles retiraram o marxismo da atividade política, transformaram-no em especulação: a ligação entre teoria e prática se desvaneceu e desapareceu.

A própria escola também pode preencher funções para as classes trabalhadoras, que tornem prescindíveis a escola de partido. Isso não aconteceu no Brasil, porque não chegamos sequer à escola de partido. O PT está tentando isso, lá em Cajamar, mas lidando com grupos pequenos, com líderes sindicais, com políticos militantes. Ainda não é uma escola de partido que atinja toda a base do movimento. Mas, é claro que, hoje, o movimento social está tão denso que ele exige um outro tipo de escola. uma escola que poderá ser, como resposta



rápida, a escola de partido. E, de outro lado, uma escola pública com compromissos com a civilização, com a sociedade civil civilizada, com o padrão de vida dos trabalhadores, com a preservação dos recursos naturais e, principalmente, com a eliminação de iniquidades sociais, econômicas, políticas. O desenvolvimento desigual é a pior praga que pode atingir uma coletividade humana. E nós vivemos sob o desenvolvimento desigual, como se ele fosse uma bênção! Naturalmente, nós dispomos de um padrão de vida inegavelmente muito superior ao de milhões e milhões de brasileiros.

Agora há pouco, um chofer da Câmara dos Deputados me falou que estava com 27 cruzados como resto do que ele recebera. E eu estava com um problema porque, descontado o Imposto de Renda, a minha contribuição ao partido - porque o PT não é sopa nisso - e um excedente de ligações telefônicas, eu fiquei com 1.500 cruzados. A minha esposa lá em São Paulo queria 2.000 cruzados e eu pude mandar 1.000. Eu estava achando isso uma coisa ultrajante, mas quantos milhões de brasileiros nem sabem imaginar o que são mil cruzados novos! E o que fariam com mil cruzados novos? Temos de acabar com isso e a resposta está na Educação. Vocês podem dizer que não está em questão uma Educação dissociada do movimento das classes trabalhadoras. Não pode ser. Nós não vivemos num paraíso, o professor não pode estar numa redoma. A escola e a sala de aula estão localizadas em bairros miseráveis, em bairros pobres, em bairros nos quais o desenvolvimento desigual apresenta sua face mais perversa. Também em bairros ricos. E o professor precisa saber como lidar com os problemas dessa gente, porque, se de um lado é preciso educar o subalterizado para certos tipos de ação, para aqueles que estão no pólo dominante é preciso desenvolver atitudes e valores que os le-

vem a compreender que eles não estão sós no mundo, que eles não são sobas, que eles têm responsabilidades perante à Nação. Quer dizer, a cultura cívica de que estamos privados é alguma coisa que pode ser criada pela escola e que pode suscitar um campo de convivência muito mais construtivo entre os brasileiros de classes diferentes, sem eliminar os antagonismos e as lutas de classes. Não penso nisso, contudo, com o objetivo de simplificar a vida daqueles que criaram essa realidade que vivemos.

Vocês levantam outro problema: querem saber a respeito da contribuição dos partidos de esquerda para a efetivação dessa proposta educativa. Devo dizer que ela é muito pobre, ela não existe. A contribuição radical, que começou a surgir se infiltrando na universidade, na escola secundária, foi produto de uma politização espontânea. Ainda hoje os partidos têm dificuldade de arrolar qual é o grau de prioridade da Educação e qual é a posição que cada partido deve ter diante dela. Na verdade, eles pensam a Educação como uma resposta aos erros da burguesia e dos privilegiados. Eles pensam num bolo cujo tamanho não tem fim. E nós sabemos que numa sociedade de desenvolvimento desigual o bolo é um bolo pequeno. E sem aumentar o bolo não se pode aumentar a distribuição do bolo. Falou-se muito mal do "socialismo de acumulação". Mas o "socialismo de acumulação" foi a saída pela qual os trabalhadores foram associados a um processo de acumulação originária de capital, para permitir um desenvolvimento econômico acelerado e destinar a diferentes setores e, principalmente, à Educação e à pesquisa científica uma prioridade que eles não possuíam antes.

Estive em Cuba, um país pobre. Quando viajamos para Cuba, as amigas da minha esposa disseram que eles iriam nos mostrar tudo o que eles tinham de bom, e

que pedíssemos para nos mostrar o que eles não conseguiram resolver, que não deixássemos que nos enganassem. Nós chegamos lá; a primeira coisa que nos mostraram foi exatamente o que as amigas da Míriam pensavam que era o que eles não tinham de bom, o que eles não conseguiram resolver. Mostraram-nos a parte velha de Havana. Ali há uma lição a aprender. Aquela era uma região miserável, de pessoas excluídas, maltratadas, velhos e crianças reduzidos ao pauperismo extremo, casas sem nenhum conforto, promiscuidade e prostituição. Está lá! Só que agora o cenário é outro. A pobreza é a mesma. Cuba não ficou rica de uma hora para outra. com o socialismo ninguém pega a riqueza do paraíso; é preciso gerar a riqueza pelo trabalho produtivo. Mas há pobreza com dignidade e há prioridade na distribuição dos recursos escassos. A criança, o doente, o velho têm garantias que não existem na sociedade capitalista, dentro daquele nível de pobreza.

Portanto, o socialismo pode ensinar alguma coisa que o capitalismo ainda não aprendeu. O nosso grande problema é o de pensarmos a Educação dentro dos ardis e da armadilha das elites intelectuais das classes dominantes, que nunca se preocuparam em resolver o problema educacional. Quando surgiram condições para que esses problemas fossem resolvidos, elas desabaram sobre as pessoas e os grupos que lutaram por essa solução e os varreram do mapa. Eu próprio soube, pelo professor Eurípedes Simões de Paula, que duas senhoras, que sequer tinham curso superior, foram procurá-lo na Maria Antonia e falar com ele: "- Bom, esse professor Florestan foi embora. Nós estamos aqui à sua disposição para dar aulas de Sociologia!". Davam a impressão de que em alguma idade, quer dizer, quando se pensa em Arqueologia, há uma desglacialização e começam a aparecer alguns monstros. Esses monstros

vêm à tona, falam, querem tomar posições no cenário, em vez de ficar no lugar deles, glacializados, porque já estão mortos!

Dei este exemplo não para fazer piada, porque ele é um exemplo trágico, por mostrar o clímax de uma evolução regressiva. Por que desabou a violência sobre a Universidade de São Paulo? Porque ela provocou a sociedade brasileira. Ela mostrou à sociedade brasileira que havia alguma coisa que não estava funcionando nos ritmos domesticados. Então, era preciso, em vez de aumentar os ritmos do lado que está com paralisia, destruir o lado que está com a atividade normal...

A grande contribuição dos partidos de esquerda está em trazer essas concepções novas para a área de Educação; para não se pensar que, se não se faz a revolução na escola, não se faz a revolução nas ruas.

Eu já dizia, nas campanhas de reforma universitária, aos estudantes em São Paulo, naquela rebelião tôda: "- Vocês estão muito enganados! A revolução não se faz dentro da universidade. A universidade é uma instituição conservadora. Ela pode ter uma amplitude de liberdade que outras instituições não possuem. Mas essa liberdade é insuficiente para nós que, a partir daqui, queremos transformações no resto da sociedade. O resto da sociedade vai nos esmagar, vai nos abafar." E foi o que aconteceu. Quer dizer, quem quer lutar pela transformação social começa de fora e chega progressivamente no outro plano. E os partidos de esquerda são aqueles que podem realmente levantar os problemas da Educação no plano daqueles que são oprimidos, são excluídos, são trabalhadores semilivres. A grande maioria dos trabalhadores brasileiros são semilivres, milhões, no campo e na cidade. Nós não usamos o conceito, temos vergonha. Esse conceito é usado livremente por Lenin, no seu estudo sobre o desenvolvimento

do capitalismo na Rússia. Onde existe uma predominância de trabalhadores semilivres significa que existe superabundância em uma classe possuidora egoísta, autocrática e que impede a mudança.

Por isso, é preciso que os partidos de esquerda tenham uma percepção diferente da Educação. A Educação possui uma prioridade igual àquela que o professor Laerte Ramos de Carvalho identificou, na I Conferência Operária de Defesa da Escola Pública, que foi realizada no Sindicato dos Metalúrgicos, na Rua do Carmo, em São Paulo. O Laerte, sentado ao meu lado, ouvindo a discussão dos operários conosco, me disse assustado: "- Fio restan, mas eles estão falando da Educação como se falassem de pão e feijão!" Eu disse: "- Exatamente, a Educação é pão e feijão para eles." É caíro que é uma simplificação; ela é mais que pão e feijão; mas, substantivamente, os trabalhadores não poderão corresponder aos seus papéis ativos na luta pela transformação da sociedade brasileira se os partidos de esquerda não ultrapassarem essa fase de identificar os grandes problemas da Educação com bandeiras ultrapassadas. Os grandes problemas da Educação não se reduzem a palavras de ordem. São objetivos que nós temos de enfrentar, realidades que temos de transformar, e os partidos precisam se preparar para isso, contando com os professores, contando com os estudantes, contando com as famílias dos estudantes, contando com os funcionários. Impõe-se gerar uma comunidade de interesses, capaz de galvanizar uma processo de mudança educacional e social profundo.

Outra pergunta: "A partir dos limites e possibilidades da nova Carta Magna, quais as definições prioritárias que a nova Lei de Diretrizes e Bases deverá conter para garantir as nossas lutas pela escola pública, laica, universal e de boa qualidade?"

Aqui, também, seria preciso fazer uma conferência. Cada um tinha a idéia de que eu viria fazer uma conferência para sua pessoa.

É claro que a nossa Constituição contém certas normas gerais e a Lei de Diretrizes e Bases tem de sair disso, porque ela é instrumental. A Constituição não é instrumental; ela fixa princípios gerais. E a Lei de Diretrizes e Bases é instrumental; ela visa criar as condições para organizar o sistema de ensino dentro de princípios de liberdade; de descentralização; de democratização do ensino; de federação; de auto-realização do professor, do estudante, do funcionário, e por aí afora.

Acho que as lutas que se estão travando no momento levantam esses problemas. Enquanto, de um lado, vêm aquelas instituições, que, mesmo quando avançam, brecam, as entidades dos professores, dos estudantes, dos funcionários, estão levantando outros fins, que podem permitir pensar-se numa comunidade intelectual dentro da escola. A nossa escola nunca foi uma comunidade. Por quê? Porque ela sempre absorveu uma estratificação, que os senhores podem verificar como funciona numa escola primária, no livro do professor Luiz Pereira, infelizmente, já falecido.

Veja-se **A Escola numa Área Metropolitana**. Ali vocês vão ver qual é a realidade da estratificação social dentro da escola. Essa estratificação precisa ser suprimida, e o professor é um agente de perpetuação de estruturas sociais dentro da escola; é um agente da ordem dentro da escola; então, ele é, também, um fator de coerção social, de limitação da mudança, da subalternização do estudante. Quer dizer, ele vai criar estímulos e incentivos para a capitulação passiva, para que aquele que é educado se pense como subalterno e não como igual; não como o oprimido que se liberta, mas como o

oprimido que tem um sentimento de gratidão para com a dominação.

Há ensaios interessantes de psicólogos, filósofos e sociólogos sobre a coerção, mostrando sua opressão. Depois de se repetir e se tornar um processo que se automatiza, a opressão acaba eliminando uma porção de problemas para a pessoa, para o estudante, que fica como o rato no labirinto onde deve mover-se para chegar ao alimento. E não é isso que nós temos de criar; não é isso que nós temos de defender.

Por isso, é preciso fazer um esforço que transcenda à idéia de lei. Se nós nos prendermos muito, como legisladores, à idéia de lei, nós vamos acabar caindo numa cilada, que é velha no Brasil. A lei sempre foi um instrumento dos poderosos, dos que mandam. E os que mandam nunca instituem normas que aumentem o poder dos que são mandados. Criam normas que aumentem o seu próprio poder, sua capacidade de comando. E se nós queremos igualdade, liberdade, solidariedade humana, humanização da pessoa, não-objetificação e não-brutalização da pessoa, nós temos de mudar o eixo do sistema educacional. E isso dentro da Lei de Diretrizes e Bases. Ir longe, sonhar, talvez, realizar também. Tudo vai depender do modo pelo qual a maioria da Comissão vai reagir às sugestões mais arrojadas, e de nós encontrarmos ressonância no Plenário, porque a amostra do processo Constituinte não é muito animadora para quem tenha esses propósitos, que eu não sustento como socialista, apenas; eu penso assim como ser humano. Penso em termos de uma pedagogia que possui uma qualidade filosófica. Quer dizer, eu não sou católico, o Paulo Freire é católico; eu quero coisas que ele não quer, ele quer coisas que eu não quero e, no entanto, nós nos entendemos muito bem a respeito

de tais questões. Há uma desideologização da controvérsia a respeito da natureza do processo educacional.

Deve-se criar uma pedagogia democrática - note-se: não "democrática" porque confere a alguns o direito de mandar e a outros o dever de obedecer e, de per-meiio, atribuir a compensação de votar, - porém democrática porque dá a todos oportunidades iguais diante da Educação escolarizada. Vejam bem: Hollings-head, que foi um educador norte-americano, um sociólogo que pertenceu à escola de Chicago, escreveu sobre o dilema educacional norte-americano - as famílias ricas são capazes de desfrutaras oportunidades educacionais de uma forma desigual, contrariando as normas constitucionais. Portanto, os mores (valores supremos), da sociedade norte-americana, estão sendo desobedecidos, ignorados, por causa de um sistema de privilégios que funciona através da distribuição da riqueza e do poder.

E nós temos de impedir que essa repercussão seja tão virulenta na escola brasileira. como? Por meio de uma lei de diretrizes e bases que, se não chegar muito longe, pelo menos não nos mantenha tão presos ao passado - porque o presente e o futuro não podem ser uma reprodução do passado -, ou nós não teremos alternativas como nação, como povo, como gente. Quais são os requisitos ou as premissas históricas dessa revolução educacional? A criação de uma sociedade nova, na qual haja igualdade social com liberação política.

Pedem a minha opinião sobre "a proposta atual do Conselho Federal de Educação". Fico consternado de dizer isso, mas eu coloco a contribuição do CFE exatamente dentro do padrão que eu acabei de caracterizar - um padrão que consagra a centralização, a decisão no tope, o monopólio das oportunidades educacionais e



do poder. O Conselho é, sobretudo, um organismo do poder e não um organismo educacional. E, vejam bem, numa sociedade democrática um Conselho desses é desnecessário. Os educadores pensaram nele exatamente porque não havia democracia no Brasil, como não há ainda agora. Então, ele aparecia como uma maneira de compensar as arbitrariedades do ministro, que funcionava como um filtro para as pressões das classes dominantes dos proprietários da escola e da Igreja Católica. Sinto ter que dizer isto aqui, principalmente porque o professor Fernando Affonso Gay da Fonseca era muito amigo do Fernando de Azevedo e é uma pessoa gentil e ilustrada, que merece respeito. Todavia, acho que o Conselho não está sintonizado com a realidade histórica brasileira presente. Se nós reproduzirmos esse esquema, que foi engendrado pelo Conselho, nós vamos manter a Educação como um privilégio, sobretudo porque a retórica serve para muita coisa. O CFE pode ter uma retórica que defende a igualdade das oportunidades educacionais, mas sua prática torna isso impossível. Isso acontece nos Estados Unidos, porque não aqui? Embora os Estados Unidos também tenham problemas de desenvolvimento desigual, como nação rica lutou e luta contra eles. Lembro-lhes o programa do Tennessee Valey Authority. Nós não tivemos nenhum programa dessa natureza para corrigir os efeitos do desenvolvimento desigual.

A União Soviética, dentro do socialismo, também desenvolveu programas para corrigir, não numa escala universal, mas em algumas regiões, o desenvolvimento desigual. O desenvolvimento desigual acaba sendo para nós um elemento central para definir o que a Educação não deve ser. Ela não deve ser uma peça dessa reprodução. Nós temos de criar condições para corrigir e superar o desenvolvimento desigual, porque ele elimi-

na a cultura cívica, ele torna a sociedade civil não civilizada, ele aumenta o poder dos privilegiados e das nações que drenam os recursos materiais e humanos do Brasil para as suas economias.

Temos de imitar o que fizeram o Japão e os Estados Unidos, no passado, e a Alemanha também. Temos de imitar essas nações em escala diversa e não nos submetemos às fórmulas que foram absorvidas pelos militares, na ânsia de forjar a "pátria grande". E ao tentar criar a "pátria grande" eles quebraram toda a louça do armário. Não podemos seguir esse caminho.

Para isso, a contribuição do Conselho, que pode ter pontos de inegável valor com relação à lei vigente, não é aquilo que nós devemos desejar; essa contribuição está aquém da realidade presente, não só do Brasil mas do mundo. Nós já estamos vendo a informatização dentro da escola e estamos refletindo segundo categorias que levantam muitas dúvidas. O CFE deve existir? Se sim, quantas pessoas devem compô-lo? como elas devem ser selecionadas? Quais devem ser suas atribuições administrativas e pedagógicas? No entanto, no projeto de lei emanado, o CFE constitui um centro de poder. Praticamente não existe nenhum capítulo naquele projeto no qual o Conselho não apareça. Ele está mais presente no projeto do que o Espírito Santo em qualquer lugar do mundo!

com isso eu dou por encerrada a minha contribuição. Muito obrigado.

## DADOS **BIOGRÁFICOS**

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo em 1920, de origem portuguesa. Não teve uma escolarização primária regular, por motivos econômicos: cursou até o 3º ano do Grupo Escolar Maria José, na Bela Vista, e fez depois o curso de madureza no Ginásio Riachuelo. Entrou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da USP em 1941 e completou a Licenciatura em 1944. Em 1945 e 1946 frequentou o curso de pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Obteve todos os títulos acadêmicos da carreira universitária: mestre em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política em 1947, com o trabalho **A Organização Social dos Tupinambá**, que se tomou um clássico; doutor em Ciências (Sociologia) na FFCL da USP, em 1951, com a tese **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**; livre-docente na cadeira de Sociologia I da FFCL da USP em 1953, com a tese **Ensaio Sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia**; catedrático na mesma cadeira em 1964 com a tese **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Publicou, além de numerosos artigos em jornais e revistas científicas, livros de organização de textos e cerca de 36 obras de Sociologia.

Pesquisou e deu aulas de Sociologia na Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras da USP de 1945 a 1969, quando foi afastado sob aposentadoria compulsória na vigência do Ato Institucional nº 5.

Esteve no exterior de 1965 a 1966 como professor visitante na Universidade de Columbia (EUA), e de 1969 a 1972 foi professor titular na Universidade de Toronto (Canadá). Renunciou a este cargo por julgar que sua estadia seria mais útil no Brasil que no exterior. Retornou aos Estados Unidos em 1977 como professor visitante da Universidade de Yale e desde 1978 é professor na PUC de São Paulo. Somente em 1986 Florestan Fernandes retornou à sua Faculdade de Filosofia, aquela à qual ele dedicou metade de sua vida e, segundo sua filha Heloísa, aquela com a qual ela e seus irmãos tiveram que repartir o pai durante vinte e cinco anos.

Florestan Fernandes participou da Campanha em Defesa da Escola Pública na década de 60. Foi eleito deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores em 1986, com cerca de 50 mil votos e reeleito pelo mesmo partido em 1990, com cerca de 27 mil votos.

Impresso por



Linha Gráfica  
Editora Ltda

RUA G. S. LOPES 800/A7 - CEP 70010 - (SLS - 001) 204-7700/204-7750/204-7770  
BRASILIA - DF

RUA JARDIM SANTA R. - CEP 64070 - TELEFONE (011) 655-8910  
BROOKLYN - SÃO PAULO - SP